

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.652.919 - SP (2020/0014575-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AGRAVADO : SUELI APARECIDA PIARETI
ADVOGADO : ANA CÉLIA OLIVEIRA REGINALDO SILVA - SP179335

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO, assim resumido:

PREVIDENCIÁRIO PENSÃO POR MORTE ARTIGOS 16 26 E 74 A 79 DA LEI N 8213/91 COM ALTERAÇÕES DA LEGISLAÇÃO SUPERVENIENTE REQUISITOS COMPROVADOS DATA INÍCIO BENEFÍCIO CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS APLICAÇÃO DA LEI N 11960/2009 HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.

Alega violação dos arts. 15, 55, § 3º, 74, 102 e 103 da Lei n. 8.213/1991 e dos arts. 357 e 506 do CPC, no que concerne à impossibilidade de ser reconhecido como início de prova material, para fins de comprovação de vínculo trabalhista para efeitos previdenciários, o acordo homologado em sede de sentença trabalhista, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

No caso em tela, não há início de prova material válido a comprovar o vínculo empregatício alegado. Com efeito, não há qualquer início de prova material a comprovar o suposto vínculo empregatício, tais como comprovantes de pagamentos de salários, recibos, holerites, depósitos de FGTS, guias de recolhimento da Previdência Social, livro de registro de empregados, dentre outros (fl. 395).

Ao contrário, o único documento juntado é a cópia de ACORDO entabulado no processo trabalhista. Assim, não se pode considerar o citado tempo de serviço objeto de ACÃO TRABALHISTA para fins previdenciários, ante a ausência de início de prova material (fl. 396).

Sendo assim, o v. acórdão que concedeu a pensão por morte pleiteada acabou por violar o disposto nos artigos 15, 55, parágrafo 3º, 74 e 102 e 103, da Lei 8.213/91, bem como artigos 331. e 472 do Código de Processo Civil de 1973 (atuais artigos 357 e 506 do Novo Código de Processo Civil) (fl. 396).

É o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

A sentença trabalhista pode ser recebida como início de prova material, sendo necessária, de toda a forma, sua análise com as demais provas da ação previdenciária, inclusive o CNIS do falecido, onde consta o vínculo reconhecido na ação trabalhista (fl. 91).

Em reforço, os precedentes desta E. Turma (TRF3a Região, AC2013.03.99.033935-3/SP, Des. Fed. Paulo Domingues, DJ 09/04/2018; TRF 3ª Região, AC nº 0003027-61.2008.4.03.6120, Sétima Turma, Rel. Des. Fed. Tom Yamamoto, DJ 08/08/16), bem como a Súmula 31 da TNU, in verbis: "A sentença proferida na esfera trabalhista reveste-se de início de prova material para fins previdenciários" (fl. 384).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: "O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)" (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 31 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente